



## EDITAL

<b>N.º de Registo</b>	11558	<b>Data</b>	11/10/2017	<b>Processo</b>	2017/150.10.701/22
-----------------------	-------	-------------	------------	-----------------	--------------------

**FERNANDA MARIA PEREIRA ASSEICEIRA**, Presidente da Câmara Municipal de Alcanena:

Faz saber, em cumprimento do determinado no art.º 35.º, n.º1, alínea t), conjugado com o art.º 56º., ambos do anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, que se resumem no seguinte as deliberações tomadas por este Órgão Executivo, na reunião ordinária n.º 18/2017 de 18 de setembro do corrente ano, destinadas a ter eficácia externa:

- Aprovar o Voto de Reconhecimento e Louvor aos Bombeiros Municipais de Alcanena, aos Bombeiros Voluntários de Minde, ao Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém e à Guarda Nacional Republicana, como reconhecimento do seu trabalho, dedicação e empenho.

- Aprovar a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no passado dia 4 de setembro de 2017.

- Tomar conhecimento do Projeto-lei do Grupo Parlamentar do PCP – Partido Comunista Português. Lei das Finanças Locais.

- Tomar conhecimento da listagem dos despachos proferidos pela Exma. Senhora Presidente da Câmara, no período de 29 de agosto a 11 de setembro de 2017, no uso dos poderes delegados pela Câmara na reunião de 24 de outubro de 2013.

- Autorizar a arrecadação da receita no valor de 416,03€, sobre a qual é deduzido o valor de 87,37€, correspondente à retenção de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, perfazendo o valor final de 328,66€, proveniente do Fundo de Apoio Municipal.

- Aprovar, relativamente à Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE Sociedade Anónima – Dissolução em 31 de março de 2017, o seguinte:

1 – Que seja dado conhecimento à Câmara Municipal da Liquidação da Sociedade Portuguesa de Empreendimentos – SPE, Sociedade Anónima e do respetivo Relatório de Contas reportado a 31 de março de 2017;

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



2 – Que a Câmara Municipal autorize a arrecadação da receita proveniente dos dividendos pela participação na Sociedade Portuguesa de Empreendimentos – SPE, Sociedade Anónima, no valor total de 708,40€, processando também os correspondentes encargos de imposto retido, no valor de 148,76€, e comissão de distribuição de rendimentos cobrada pela Caixa Geral de Depósitos, no valor de 21,53€.

3 – Que a Câmara Municipal autorize a arrecadação da receita proveniente nos dividendos da “Diamang”, por participação na Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, no valor estimado de 150,00€, ou outro, deduzido de encargos a que houver lugar.

4 – Que se proceda ao registo contabilístico adequado para eliminação do saldo existente na conta patrimonial 411303, pelo referido valor de 92,00€, considerando a extinção da Sociedade Portuguesa de Empreendimentos – SPE, Sociedade Anónima.

- Autorizar a abertura de conta de Operações de Tesouraria junto da Caixa Geral de Depósitos, Sociedade Anónima, permitindo o recurso ao sistema on-line “caixa-ebanking” para as movimentações bancárias necessárias ao funcionamento do Espaço do Cidadão nos serviços do Município.

Mais, foi deliberado que a conta bancária seja titulada pelo Município de Alcanena e movimentada simultaneamente com duas assinaturas, sendo uma da Presidente da Câmara Municipal de Alcanena ou da Vice-Presidente da Câmara Municipal de Alcanena e outra da pessoa responsável pela Tesouraria ou sua substituta.

- Tomar conhecimento da notificação da Decisão de Aprovação da Candidatura número Centro 07.2316-FEDER-000102. Requalificação do Mercado Municipal de Alcanena.

- Deferir o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos relativamente à fatura 201700041965, emitida a 31 de julho de 2017, pela firma Luságua Alcanena – Gestão de Águas, Sociedade Anónima, em nome de Júlio Soares Duarte, respeitante ao período de faturação de 27 de junho a 25 de julho de 2017, por estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do Edital datado de 27 de novembro de 2013.

- Deferir o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos relativamente à fatura 201700046148, emitida a 22 de agosto de 2017, pela firma Luságua Alcanena – Gestão de Águas, Sociedade Anónima, em nome de Luís Miguel Guerreiro Santos, respeitante ao período de faturação de 18 de julho a 17 de agosto de 2017, por estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do Edital datado de 27 de novembro de 2013.

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Ratificar o despacho referência 10401/2017, no qual foi autorizada a interrupção e o condicionamento de trânsito na Rua António Roque Gameiro, no lugar e freguesia de Minde, entre as zero horas e as vinte horas do dia 9 de setembro de 2017, para a realização do 29º Almoço Convívio Sénior, realizado nessa data, no Pavilhão Ana Sonça, organizado pela Câmara Municipal de Alcanena, desde que cumprido o Decreto-Regulamentar número 2-A/2005, de 24 de março.
- Ratificar o despacho referência 10031/2017, no qual foi autorizada a interrupção e o condicionamento de trânsito para a realização da Festas das Sopas, em Chã de Cima, a levar a efeito no dia 2 de setembro de 2017, em Chã de Cima, da União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro, organizado pela Comissão de Festas de Chã de Cima, desde que cumprido o Decreto-Regulamentar número 2-A/2005, de 24 de março.
- Tomar conhecimento da alteração número 41 ao Orçamento e número 35 às Grandes Opções do Plano.
- Tomar conhecimento da autorização para realização de despesas correspondentes ao total dos documentos cabimentados no período de 26 de agosto a 7 de setembro de 2017, no valor global de €52.036,24.
- Tomar conhecimento da relação dos compromissos efetuados no período de 26 de agosto a 7 de setembro de 2017, no valor de €202.489,80.
- Tomar conhecimento Relação das Ordens de pagamento autorizados por despacho no período de 26 de agosto a 7 de setembro de 2017:
  - Operações Orçamentais no valor total de €298.476,18, correspondentes às autorizações números 3724 a 3961;
  - Operações de Tesouraria no valor total de €60.294,57, correspondentes às autorizações números 187 a 256.
- Tomar conhecimento da Relação dos pagamentos efetuados no período de 26 de agosto a 7 de setembro de 2017:
  - Operações Orçamentais no valor total de €246.915,00;
  - Operações de Tesouraria no valor total de €22.125,00.

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Tomar conhecimento de que o Resumo Diário de Tesouraria do dia 15 de setembro 2017 acusa um saldo de 1.066.366,39€, sendo 917.623,26€ de Operações Orçamentais e 148.743,13€ de Operações de Tesouraria.

- Tomar conhecimento do Plano de Ação CLAS – Conselho Local de Ação Social.

- Tomar conhecimento do Plano de Ação CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social.

- Aprovar a retificação do texto do último parágrafo da página dois da Informação referência 9908/2017, referente à forma de pagamento do Apoio Extraordinário a Estudantes do Ensino Superior, sendo que, onde se lê “as mensalidades serão pagas por transferência bancária, havendo necessidade de cada candidato ter conta aberta e indicar o respetivo Número de Identificação Bancária (...)”, deve ler-se “As mensalidades serão pagas por transferência bancária ou por qualquer outro meio de pagamento”.

- Ratificar a aprovação do pedido de pagamento em prestações, solicitado por Luis Miguel Mendes das Neves, referente a serviço de ambulância, no valor de €32,04. Ratificado o pagamento em duas prestações mensais, a efetuar nos meses de setembro e outubro de 2017 e a liquidar até dia 10 de cada mês.

Ao valor das prestações acresce juros de mora, calculados à data da entrada do pedido nos serviços.

- Ratificar o apoio concedido a Marisol Marques Bento, no valor total de 1.339,09€, referente à aquisição de tintas para realização das pinturas exteriores da habitação, colocação de vidro na porta exterior e aquisição de fogão (placa e forno).

- Ratificar o apoio concedido a Hugo Miguel Gameiro Jordão, no valor total de 425,00€, referente à aquisição de um frigorífico (215,00€) e de um fogão a gás (210,00€).

- Tomar conhecimento da Listagem dos despachos proferidos pelo Vereador Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém, no período de janeiro a julho de 2017, ao abrigo do Despacho de Delegação de Competências número 160/P/2016, de 6 de setembro de 2016 e do Despacho de Subdelegação de Competências número 196/P/2016, de 30 de setembro de 2016.

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Autorizar a assunção dos custos da reparação da rotura da rede predial das instalações da Escola Básica do Segundo e Terceiro Ciclos, Doutor Anastácio Gonçalves, em Alcanena, no valor total de 636,00€ (Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído).

- Relativamente à Empreitada número 11/2017/DPGOM – Requalificação do Mercado Municipal de Alcanena - Início de Procedimento, aprovar todo o proposto, nomeadamente:

1 – Contratar a realização da empreitada número 11/2017/DPGOM – Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais para Requalificação do Mercado Municipal de Alcanena e autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, a abrigo do artigo 18º do Decreto-Lei número 197/99, de 8 de junho. Tendo em conta o preço base de um 1.230.000,00€, acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, proceder-se ao concurso público, ao abrigo do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, sendo o prazo considerado para a execução da empreitada de 365 dias, a ocorrer durante o ano de 2018.

2 – Aprovar as peças do procedimento, compostas por programa de concurso, caderno de encargos e Projeto (já aprovado na Reunião de Câmara de 19 de junho de 2017), ao abrigo do número 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos;

3 – Designar, ao abrigo do artigo 67º e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, o júri, o qual terá a seguinte composição:

- Samuel Valeriano Dinis, Chefe da DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais, na qualidade de Presidente;

- Maria de Lurdes Silva Sousa, primeiro vogal efetivo, Técnica Superior da DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;

- Maria de Fátima Martins Paulino, segundo vogal efetivo, Técnica Superior da DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais, que secretariará;

- Cláudia Godinho dos Santos, primeiro vogal suplente, Técnica Superior da DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais;

- Maria José Coelho, segundo vogal suplente, Assistente Técnica da DPGOM – Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais.

4 – Delegar, no júri, as competências previstas no artigo sexagésimo nono do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:

- Proceder à apreciação das propostas;
- Elaborar os relatórios de Análise das Propostas;

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



5 – Delegar, no júri, as competências previstas no artigo 50º do Código dos Contratos Públicos, proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento;

6 – Delegar, no júri, as competências previstas no artigo 66º do Código dos Contratos Públicos, proceder à classificação dos documentos da proposta;

7 – Delegar, na Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, nos termos do número 1 do artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:

- Pronunciar-se sobre os erros e omissões, ao abrigo do artigo 61º, do Código dos Contratos Públicos;

- Decidir sobre a prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas, no caso em que as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 50º sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, ao abrigo do artigo 64º do Código dos Contratos Públicos;

- Aprovação da minuta de contrato e respetiva notificação ao adjudicatário, ao abrigo do artigo 98º, do Código dos Contratos Públicos;

- Representação na outorga do contrato, de acordo com o número 1 do artigo 106º, do Código dos Contratos Públicos;

- Decisão de adjudicação, nos termos do número um do artigo 76º do Código dos Contratos Públicos e respetivas notificações previstas no artigo 77º do mesmo Código.

- Ratificar a decisão de indeferimento da Impugnação Administrativa da decisão de adjudicação e do Relatório Final de Análise de Propostas proferidos no âmbito do Concurso Público para a “Aquisição de serviços de Recolha de Resíduos Urbanos, Volumosos e Verdes, Fornecimento e Lavagem de Contentores e Recolha de Fossas Sépticas no Concelho de Alcanena”, apresentada pela Luságua – Serviços Ambientais, Sociedade Anónima.

Ratificar os demais procedimentos adotados.

- Relativamente ao Lançamento de Concurso público para a Empreitada número 18/2017/DPGOM – Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Alcanena, aprovar todo o proposto, nomeadamente:

- 1 – Aprovar o Projeto de Execução do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Alcanena, ao abrigo do disposto na Portaria número 701-H/2008, de 29 de julho.

- 2 – Contratar a realização da empreitada número 18/2017/DPGOM – Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais para execução do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Alcanena e autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, a

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



abrigo do artigo 18º do Decreto-Lei número 197/99, de 8 de junho. Tendo em conta o preço base de 397.113,37€, acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, proceder-se ao concurso público, ao abrigo do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, sendo o prazo considerado para a execução da empreitada de 360 dias, a ocorrer durante os anos de 2018 e 2019.

3 – Aprovar as peças do procedimento, compostas por anúncio, programa de concurso e caderno de encargos, ao abrigo do número 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos;

4 – Designar, ao abrigo do artigo 67º e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, o júri, o qual terá a seguinte composição:

- Samuel Valeriano Dinis, Chefe da DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais, na qualidade de Presidente;

- Maria de Fátima Martins Paulino, primeiro vogal efetivo, Técnica Superior da DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;

- Cláudia Godinho Santos, segundo vogal efetivo, Técnica Superior da DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais, que secretariará;

- Maria de Lurdes Silva Sousa, primeiro vogal suplente, Técnica Superior da DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais;

- Filomena Isabel Gabriel Henriques, segundo vogal suplente, Técnica Superior da DDOGFP – Divisão de Desenvolvimento Organizacional e Gestão Financeira e Patrimonial.

5 – Delegar, no júri, as competências previstas no artigo 69º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:

- Proceder à apreciação das propostas;
- Elaborar os relatórios de Análise das Propostas;

6 – Delegar, no júri, as competências previstas no artigo 50º do Código dos Contratos Públicos, proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento;

7 – Delegar, no júri, as competências previstas no artigo 66º do Código dos Contratos Públicos, proceder à classificação dos documentos da proposta;

8 – Delegar, na Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, nos termos do número 1 do artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:

- Pronunciar-se sobre os erros e omissões, ao abrigo do artigo 61º, do Código dos Contratos Públicos;

- Decidir sobre a prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas, no caso em que as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 50º sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, ao abrigo do artigo 64º do Código dos Contratos Públicos;

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.





- Aprovação da minuta de contrato e respetiva notificação ao adjudicatário, ao abrigo do artigo 98º, do Código dos Contratos Públicos;

- Representação na outorga do contrato, de acordo com o número 1 do artigo 106º, do Código dos Contratos Públicos;

- Decisão de adjudicação, nos termos do número 1 do artigo 76º do Código dos Contratos Públicos e respetivas notificações previstas no artigo 77º do mesmo Código.

- Aprovar a atribuição de um apoio financeiro ao JAC – Juventude, Amizade e Convívio, para comparticipação na aquisição de equipamentos com o logótipo designando por “Alcanena, Capital da Pele”, no valor de dois mil euros.

O apoio enquadra-se ao abrigo da alínea u) do nº 1 do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

- Aceitar a doação de quatro bonecas infantis à Biblioteca Municipal de Alcanena, efetuada pela senhora Maria Helena Faria Ferreira, ao abrigo da alínea j), do nº 1 do artigo 32º, do anexo I à Lei número 75/2013, de 12 de setembro.

Mais, foi deliberado comunicar-se à ofertante o agradecimento pela doação efetuada.

- Aceitar a doação dos livros, à Biblioteca Municipal de Alcanena, efetuada pela Direção Geral do Livro, Arquivo e Bibliotecas, ao abrigo da alínea j), do número 1 do artigo 32º, do anexo I à Lei número 75/2013, de 12 de setembro.

Mais foi deliberado comunicar-se ao ofertante o agradecimento pela doação efetuada.

- Aceitar a doação de uma biblioteca composta por 144 livros, à Biblioteca Municipal de Alcanena, efetuada pela senhora Dora Maria Pereira Mota, ao abrigo da alínea j), do n.º 1 do artigo 32º, do anexo I à Lei número 75/2013, de 12 de setembro.

Mais, foi deliberado comunicar-se à ofertante o agradecimento pela doação efetuada.

- Ratificar o Protocolo de Colaboração celebrado entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil e o Município de Alcanena, a 3 de julho de 2017, através do qual as partes estabelecem as formas de cooperação mútua que visam o melhor desempenho das suas atribuições no âmbito

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.





## Município de Alcanena

Câmara Municipal

da proteção e socorro em situações que ocorram durante os dispositivos previstos na Diretiva Financeira da Autoridade Nacional de Proteção Civil em vigor, aprovada anualmente.

E, para constar, se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

A Presidente da Câmara

---

(Fernanda Maria Pereira Asseiceira)

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autografa <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.